
087ª SESSÃO ORDINÁRIA - 21SET2017 (Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Médica do Rio Grande do Sul – Amrigs que tratará de assunto relativo ao câncer gástrico. O Sr. Antônio Carlos Weston, Diretor da UniAmrigs, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS WESTON: Muito obrigado, Sr. Presidente, boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu gostaria, em primeiro lugar de agradecer a cedência deste espaço da Tribuna Popular, em especial ao Ver. Dr. Thiago Duarte pela gentileza. O motivo da minha vinda a esta Casa é para expor aos senhores uma atividade que a Associação Médica do Rio Grande do Sul vai desenvolver sobre o primeiro Dia Nacional de Conscientização do Câncer de Estômago.

Eu vou, em dois ou três minutos apenas, expor o que é essa ideia para que os senhores e a senhoras tomem conhecimento.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS WESTON: O Câncer de estômago, com o qual nós temos trabalhado nos últimos 25 anos, é uma doença extremamente frequente, e um dos tipos mais comuns de câncer, tanto no homem quanto na mulher.

Um dos objetivos da nossa atividade é alertar a população sobre os fatores de risco que levam a essa doença, por exemplo: o consumo de bebida alcoólica e também o hábito de fumar. Então, tanto o tabagismo quanto o consumo frequente de bebida alcoólica, e isso é muito frequente na nossa população, constituem fator de risco para o desenvolvimento dessa doença.

O Rio Grande do Sul, em especial, é um dos Estados, senão o Estado mais acometido por essa doença no Brasil, e essa figura representa um pouco as causas, porque nós,

aqui, vivemos em um Estado com hábitos de consumo de carne, principalmente o charque, que é conservado em sal, e o excesso de sal também é um fator de risco, assim como o consumo de chimarrão também pode ser considerado um fator de risco. Então, estes, entre outros fatores, são os maiores fatores de risco para o desenvolvimento do câncer gástrico.

Nós vamos desenvolver essa atividade, planejada e organizada pela Associação Médica do Rio Grande do Sul, agora, neste domingo, dia 24 de setembro, das 9h às 13h, no Parque da Redenção, junto ao Monumento do Expedicionário, onde a Associação Médica do Rio Grande do Sul, com o nosso apoio, vai fazer uma campanha de conscientização e orientação da população sobre os riscos dessa doença e de como preveni-la.

Então, sempre o espírito de prevenir é melhor. Prevenir evita a doença, evita o sofrimento, evita a mortalidade. O câncer de estômago tem, infelizmente, uma taxa de mortalidade na ordem de 90%. Significa dizer que um doente, hoje, diagnosticado com câncer de estômago, tem mais de 90% de chance de vir a morrer dessa doença. Essa é uma triste realidade com a qual hoje convivemos.

E sempre fica a mensagem que é muito mais barato prevenir do que tratar. O custo de uma prevenção para 1.500 ou 2 mil pessoas é o custo do tratamento para uma pessoa. Ou seja, prevenir é muito mais barato, muito mais efetivo e muito mais abrangente do ponto de vista social do que tratar a doença.

Eu agradeço, mais uma vez, a oportunidade, deixo o meu e-mail, e a gentileza da atenção dos senhores e das senhoras, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sr. Antônio, e o convidamos para compor a Mesa.

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder e depois prossegue nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. THIAGO: Quero agradecer a estada aqui, Dr. Antônio, acho que é muito importante as sociedades científicas que se encontram na Amrigrs estarem representadas aqui na Câmara de Vereadores, fazendo a divulgação desse importante problema que é o câncer de trato digestivo, câncer de estômago, dos cânceres em geral, que são um dos

principais problemas de saúde pública que nós temos hoje. Temos uma grande dificuldade no que se refere ao câncer, principalmente no aparelho digestivo. Eu tenho sido propositalmente uma pessoa que tem falado nisso quase em todas as Sessões: infelizmente o diagnóstico tem sido tardio pela dificuldade de acesso ao diagnóstico pelas pessoas. Muitas vezes, as pessoas acabam tendo sintomas, acabam não tendo um primeiro atendimento ou têm um primeiro atendimento sem resolubilidade, ou seja, vão ao posto de saúde e não é pensado o diagnóstico, em função da deficiência do atendimento no setor primário, principalmente em função desse programa que trouxe médicos – pessoas que se diziam médicos sem o curso de formação em medicina regular –, para o Brasil. Aí essas pessoas acabam tendo dificuldade em fazer esse tipo de diagnóstico, em pensar nesse tipo de diagnóstico. E quando há algum médico que tem a revalidação no curso de medicina e pensa no diagnóstico, ele tem dificuldade de definir o diagnóstico total porque ele não tem acesso à resolubilidade do posto de saúde, não tem acesso à endoscopia digestiva com biópsia, à colonoscopia com biópsia. E acaba que esse paciente fica sem diagnóstico. Onde ele vai terminar? Nas emergências de Porto Alegre, nas emergência do Conceição, da Santa Casa, do Clínicas. E aí vem um outro drama que é a pessoa fazer o diagnóstico lá na emergência. Aí quando ele consegue fazer o diagnóstico, ele não consegue a continuidade do tratamento, porque ele é orientado a voltar ao posto de saúde para ser reencaminhado para o hospital. Um verdadeiro absurdo, que eu tenho mostrado aqui toda a semana, eu tenho trazido casos. Na semana passada, tinha um paciente com câncer de próstata, com metástase para pulmão, Dr. Goulart, internado no GHC, cuja família foi orientada para ir ao posto de saúde para que ele fosse reencaminhado para o mesmo hospital. E aí reclamaram da família: como o paciente não está aqui? Não, ele está internado.

Então, nós temos que mudar a regulação na cidade de Porto Alegre a bem da saúde pública para poder salvar os pacientes, para diminuir a mortalidade. Nós precisamos fazer isso. O Executivo tem que entender que ele precisa fazer isso. Nem falo mais da regionalização, que joga 30% das consultas especializadas no lixo. É desperdício de dinheiro público. Joga dinheiro no ralo. Falo, sim, do aproveitamento dessas consultas.

É muito importante a sua pauta aqui, trazendo a questão do Dia do Câncer Digestivo, para que nós possamos pensar, esclarecer, alertar as pessoas para os fatores

importantes de risco, como o tabagismo e o sedentarismo, principalmente para quem tem história familiar, que tem que ter um cuidado redobrado com isso.

Por isso, protocolamos um projeto, que veio através de V. Exa., que vai se tornar um projeto de todos os Vereadores, tenho certeza, para colocar nas datas comemorativas a questão do câncer de estômago.

Quero lhe dizer da importância da sua presença aqui. Este tema, dentro da saúde, tem profunda relevância, tem que ser olhado, sem dúvida nenhuma, cada vez com um olhar mais atento por nós e pelo gestor público da saúde para que a gente possa curar essas doenças. A gente sabe que se uma patologia dessas for diagnosticada em estágio inicial nós temos uma chance importante de cura desses pacientes, e é nisso que nós temos que acreditar. Nós temos que, cada dia mais, trabalhar para que Porto Alegre não continue tornando doenças curáveis incuráveis pela dificuldade no diagnóstico, pela demora no diagnóstico, pela dificuldade de acesso e pela burocracia. A burocracia não pode vencer a saúde. A burocracia dentro da Secretaria da Saúde, dentro da cidade de Porto Alegre, tem que ficar relegada ao quinto plano, não é nem ao segundo e nem ao terceiro plano. Nós temos o dever e temos que ter o compromisso de ajudar as pessoas a fazer o seu tratamento precoce, que é isso que o senhor nos traz na tarde hoje. Muito obrigado pela sua presença. Muito obrigado pela confiança e pode ter certeza de que vamos continuar sempre, nesta tribuna, levantando todos esses casos, para que, efetivamente, eles possam ser corrigidos e para que essas pessoas possam ter direito de viver! De viver! Muito obrigado, Presidente, boa tarde!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; nosso visitante, Dr. Antônio Carlos, queria cumprimentá-los, e de uma maneira especial cumprimentar este médico atento no Parlamento que é o nosso Ver. Dr. Thiago, que está sempre atento para ajudar a nossa população, principalmente em uma confirmação de um SUS possível de resolver o problema de saúde que é cada vez mais difícil. Eu me lembro que, quando eu passei na gastroenterologia, na enfermaria de gastro, tinha muita incidência de câncer de estômago

no Japão. E eles tinham – não é, Dr. Antônio Carlos? – as Pioneiras Sociais, era um ônibus que circulava pelo Japão fazendo a endoscopia, que eu acho que é o melhor exame para fazer esse diagnóstico. Claro, tira-se um pedacinho depois e manda-se para a biópsia. Então há tempos que a gente vem ouvindo falar disso. Quando eu peço para a gente fazer a semana do câncer de colo de útero, como passou aqui no início do ano, quando eu denuncio que para câncer de colo de útero tem cura, é porque o câncer de colo é o inverso do estômago. No do estômago, 90% das pessoas vão vir a êxito letal, primeira doença. Já o câncer de colo uterino tem uma capacidade de ser visto antes de ele ser invasor, antes dela se alinhar de um jeito que comece a se espalhar pelo corpo. Noventa por cento das pessoas se salvam do câncer de colo uterino com o exame de prevenção. Mas, no câncer gástrico, é diferente. O câncer de intestino também tem muita cura com o diagnóstico precoce, cujo diagnóstico também é feito, quando é no intestino, por endoscopia. Então, é uma palavra que o Dr. Antonio Carlos disse é que, se por acaso nós conseguirmos tratar essas pessoas, o gasto vai ser muito grande e, muitas vezes, nós tratamos essas pessoas e elas vão morrer da doença. Então, acho que temos, como diz o Thiago Duarte, que fazer o diagnóstico precoce. É uma palavra que tem de ficar gravada dentro de nós. E temos de dar toda a atenção para a prevenção de todo câncer. Então, não sei se nós não vamos necessitar de um caminhão das pioneiras sociais, um ônibus. Depois vamos ter de ver isso, se a gente pode, pelo orçamento de Brasília, receber de algum Deputado Federal nosso que possa nos dar um para fazer esse diagnóstico precoce. Então, sempre atento, Dr. Thiago, eu lhe cumprimento e vamos fazer o que se precisa em medicina: fazer o diagnóstico precoce.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Dr. Thiago e Dr. Goulart, gostaria de chamar a atenção, pois, acho que, na sexta-feira, a Prefeitura publicou um edital de chamamento público para cadastrar uma unidade de diagnóstico móvel em Porto Alegre. Acho que é exatamente disso que o Dr. Goulart está falando. E o edital foi publicado em jornais de grande circulação. É uma unidade de diagnóstico por imagens. Isso existe em vários

lugares do Brasil, e acho que pode ser adaptado inclusive para uma endoscopia móvel. Só para alertá-los de que isso já está em andamento.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Presidente, Valter, gostaria de trazer a nossa saudação ao Dr. Antonio e de cumprimentar o nosso amigo e Ver. Dr. Thiago que propôs a sua presença. Falo em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, e gostaria de dizer da importância desse tema e de todos os temas que tratam da saúde pública do Município de Porto Alegre. Portanto, nós queremos lhe trazer um abraço, cumprimentá-lo, e deixar nosso desejo de um belo evento no dia 28. Um abraço e parabéns pela luta nesta causa importante para a Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Obrigado, Presidente Valter Nagelstein, comandando os trabalhos; quero saudar o Dr. Antônio Carlos Weston, diretor da UniAmrigs. Eu acho que esse tema passa, muitas vezes, despercebido, é muito favorável a desmistificarmos essa questão. Quero saudar o Ver. Dr. Thiago, sempre um lutador nesta Casa sobre esse tema. Chamou minha atenção do sal, e gostaria de dizer que quando almoço ou janto em casa, quando é possível, a gente controla muito bem, usa pouquíssimo sal na comida, mas fora de casa é impressionante. Acho que essa é a primeira campanha, Ver. Dr. Thiago, que tem que fazer, pois é impressionante o que botam de sal no feijão, o arroz é o que menos tem, ou o que a gente menos nota. Aqui na Casa mesmo, no restaurante da Casa, volta e meia peço que reduzam o sal. Não precisa, deixe que cada um bote da sua forma, se querem colocar. Passa dois ou três dias e aumenta o sal de novo. Há um descontrole geral nos restaurantes. Fiquei atento nesse detalhe, que deve ser, sem dúvida, muito prejudicial, não só para a pressão, mas para esse tema. As orientações sempre são bem vindas, mas temos que massificar para poder conscientizar. Eu acho que a sua vinda aqui é importante, e até acrescento, Ver. Dr. Thiago, que devemos fazer, na Câmara, algumas campanhas prioritárias nesta linha de informação nas Comissões,

para que a gente possa acolher essa ansiedade da população, pois às vezes passa despercebido, pois as pessoas, fora de casa, comem tudo o que vêem pela frente, e não sabem o tipo de controle que tem. E em casa comem diferente. Eu cheguei à conclusão de que vou ter que ir em casa duas a três vezes na semana para almoçar, pois lá eu sei que a comida é feita da forma que queremos, com pouquíssimo sal. Na rua é incontrolável. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Sr. Antônio Carlos Weston está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. ANTÔNIO CARLOS WESTON: Muito obrigado, Ver. Valter. Apenas gostaria de agradecer mais uma vez ao Ver. Dr. Thiago Duarte pela gentileza, pelo espaço; ele me colocou que já foi protocolado, como projeto de lei, eu agradeço muito a gentileza. Quero convidar os senhores e as senhoras, se porventura quiserem, a ir, neste domingo, dia 24 de setembro, estaremos lá com a banca da Associação Médica do Rio Grande do Sul prestando as orientações e os esclarecimentos à população, e é muito importante se esta Casa, se os senhores e as senhoras quiserem participar. Muito obrigado pelo espaço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Agradecemos a presença do Dr. Antônio Carlos Weston, Diretor da Associação Médica do Rio Grande do Sul, que nos trouxe um tema fundamental, que é o câncer de estômago; agradeço também ao Ver. Dr. Thiago e ao Ver. Dr. Goulart, ambos médicos, que se somaram às manifestações, e aos demais Vereadores. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h40min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): (14h42min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar sobre a poliomielite, assunto trazido pela Sra. Eveline Streck, que representa o Educandário São João Batista.

Convidamos para compor a Mesa a Sra. Eveline Streck, Presidente do Educandário São João Batista, e a Sra. Elizabeth Rodrigues, Vice-Presidente do Educandário São João Batista.

A Sra. Eveline Streck, Presidente do Educandário São João Batista, está com a palavra.

A SRA. EVELINE STRECK: Boa tarde, eu gostaria de agradecer à Ver.^a Comandante Nádia pelo convite feito para que nós falássemos sobre o Educandário São João Batista. O Educandário São João Batista é uma instituição filantrópica que foi criada por Déa Coufal em 1939; portanto, este ano, no dia 26 de setembro, a casa está completando 78 anos. A casa foi fundada para cuidar das crianças com poliomielite da cidade de Porto Alegre, mas com a erradicação da doença, a casa passou a atender crianças com deficiências físicas. Essas crianças, no Educandário São João Batista, recebem vários tipos de tratamento.

Dentro da parte da fisioterapia, nós oferecemos para essas crianças tratamento clínico; elas são atendidas com fisioterapia em solo, fisioterapia aquática e fisioterapia respiratória – quando estão com muita secreção e não estão respirando bem –, além de fonoaudiologia e terapia ocupacional com sala de AVD, ou seja, de Atividades da Vida Diária. Como a criança passa conosco 21 anos, nós achamos que essa criança deficiente, ao sair do educandário São João Batista, ela tem que ter uma certa independência. Então, ela aprende a cozinhar pequenas coisas, a fazer o seu lanche, a tomar banho, a se vestir, sair da cadeira de rodas e ir para a cadeira de banho, tornando-a independente, todas aquelas que têm possibilidades musculares para isso. Odontologia, também é oferecido, Pediatria, Serviço Social, Psicologia, Wii Fisioterapia, e atualmente que tem sido muito badalado nos meios de comunicações, a skateterapia. Por que wiifisioterapia e skateterapia? Porque as nossas crianças, a única coisa que elas têm durante o dia é o atendimento no Educandário, e fazer todos os dias só fisioterapia, deixava-as um pouco cansadas, e nós começamos a inovar. Usar o jogo de Wii, que tanto gostam as outras

crianças também para fisioterapia. É óbvio que são jogos próprios para fisioterapia. E a skateterapia, no skate, a nossa criança com deficiência física, se sente igual às outras crianças, mesmo que elas estejam dependuradas por um colete e com os pés em cima do skate.

Fora todo tratamento clínico oferecido, nós oferecemos também uma escola de ensino fundamental incompleto, onde realmente, o ensino feito para essas crianças é um ensino de qualidade com professor qualificado. Na escola nós também oferecemos recreação e socialização. Aquela criança que não tem condições de se alfabetizar, ela tem recreação e também é socializada para conviver com as outras crianças. A crianças que não falam, que não ouvem, e têm poucos movimentos físicos, para essas crianças que têm o cognitivo preservado, nós oferecemos para elas a comunicação alternativa, que nós achamos, já que neste plenário têm médicos, que deveriam ser usados também nos hospitais para as pessoas que sofrem alguma lesão cardíaca e que não podem mais se comunicar com seus familiares. Por quê? Porque nós ensinamos as pessoas a se comunicar através de fichas. Nós adaptamos um programa americano, e para este programa, nós ensinamos às nossas crianças a se comunicarem, por exemplo, as crianças aprendem através das fichas o seu corpo, seus familiares, suas necessidades principais e com isso, mesmo a criança não conseguindo falar e as vezes não conseguindo nem apontar para a ficha que ela quer dizer o que está sentindo ou o que quer no momento, o professor ensina que com um piscar de olhos deles, a hora em que chegarmos na ficha que diz o que ele está sentindo, nós sabemos como nos comunicar com aquela criança. Temos também oficina de artes, educação física, teatro. Nós estamos apresentando uma peça, e já fomos convidados a apresentar na UFRGS para os estudantes de teatro, que foi feita dentro do Educandário São João Batista, que fala de acessibilidade. Então, nessa peça, as crianças dizem o que elas encontram na sua cidade que não tem acessibilidade e, como cidadãos, elas não podem participar. Temos também música e informática. Nós vivemos de quê? Basicamente, como é uma instituição filantrópica, nós vivemos de convênios, parcerias público privadas, trabalho voluntário e campanhas promocionais. Nós pedimos que a população nos ajude principalmente com o imposto de renda devido. É um imposto de renda que a pessoa já deve mesmo, vai ter que pagar ao Governo, mas ela tem direito de doar para qualquer instituição e é óbvio que eu peço para o Educandário São João Batista, o qual eu e minha equipe diretiva dirigimos

gratuitamente, que elas doem 6% se for pessoa física ou 1% do lucro real se for pessoa jurídica. Mas para isso também vou precisar fazer uma campanha junto aos políticos porque uma parte desse imposto de renda que poderia ser doado para as instituições não o é porque só pode doar quem faz a declaração que não é a simples, na simples não é permitida a doação. É uma mudança que há de ser revista. O nosso gasto mensal no Educandário é de R\$ 95. 582,00, atendendo 180 crianças. Portanto, o gasto médio, por mês, de uma criança para ter fisioterapia qualificada e escola especial é de R\$ 542,00. Então uma criança sai, para o educandário, R\$ 542,00 para receber fisioterapia, escola e três refeições diárias.

Outra coisa que está preocupando não só a nós mas a todas as instituições do Brasil é o marco regulatório. Com esse marco regulatório nós vamos deixar de receber dinheiro da FASC, porque a FASC não vai mais poder ter convênio conosco, e com isso nós vamos concorrer a projetos com o Brasil inteiro. Instituições de São Paulo vão poder, por exemplo, vir aqui no Rio Grande do Sul para arrecadar o dinheiro. Por isso até agora, no Rio Grande do Sul, não se instalou o marco regulatório, porque as instituições realmente estão fazendo um grande trabalho e uma grande luta para que sejam revertidas algumas coisas que o Governo Federal propôs dentro do marco regulatório.

Então eu peço a vocês que ajudem o Educandário São João Batista, que divulguem o que acontece no educandário, que é a instituição mais antiga em Porto Alegre, criada em 1939, e já que nós vivemos só de doação, avisar para os presentes que nós teremos, no dia 1º de outubro, oferecido pelo Rotary Iguatemi, que é um grande parceiro que nos ajuda bastante, um galetto no CTG próximo ao educandário, e a nossa Vice-Presidente Elizabeth está com os convites ao preço de R\$ 25,00 para adultos e R\$ 15,00 para crianças. Se não quiserem comparecer, pelo menos nos ajudem comprando convites.

Muito obrigada pela oportunidade de falar sobre o Educandário São João Batista, e convido todos os presentes para, na semana que vem, a nossa Semana Farroupilha, com várias atrações de segunda a sexta-feira para as crianças do Educandário e também para todos os visitantes. É uma maneira de ir até a Zona Sul, Rua Tenente-Coronel Mario Doernte, 200, em Ipanema, e conhecer o Educandário São João Batista. Por que nós convidamos? Porque muitas instituições existem no papel e a nossa existe de verdade. Então, nós queríamos que vocês fossem até lá e que vissem o Educandário, e que nos ajudassem a trabalhar por ele para que ele complete mais de 100 anos ajudando a

criança deficiente. Perguntam-nos: por que nós trabalhamos por essa criança, se ela nunca vai trabalhar? Nós trabalhamos porque elas são pessoas humanas como nós, são cidadãos também deste Brasil e merecem que alguém faça alguma coisa por eles. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Somos nós que agradecemos muito a presença da Sra. Eveline. Há um vídeo para mostrar.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, é um prazer estar aqui utilizando esta tribuna. Boa tarde aos colegas Vereadores e Vereadoras; em especial, a Sra. Eveline Streck, Presidente do Educandário São João Batista, e a Sra. Elizabeth Rodrigues, Vice-Presidente do Educandário São João Batista; a diretoria que aqui se encontra; os amigos do Educandário; os telespectadores que nos assistem pela TVCâmara; é um prazer realmente poder recebê-las aqui na Câmara Municipal. Fiquei emocionada ao ver o colega Ver. Lino aplaudir vocês em pé. Acho que todos nós deveríamos aplaudi-las em pé, porque vocês fazem um trabalho de doação, fazem um trabalho humano, de respeito, de carinho para com essas crianças que possuem deficiências, que são pessoas com deficiências, crianças e adolescentes que eu tive o privilégio de conhecer e de saber que são muito melhores, Ver. Dr. Goulart, do que nós que estamos aqui. São pessoas que merecem todo o nosso carinho e respeito porque são crianças que pedem ajuda. E aí eu vejo que, muitas vezes, o Estado – não o Rio Grande do Sul ou Porto Alegre –, quando se faz ausente, essas pessoas fazem a parte que falta a essas crianças. Então, realmente, Eveline e Elizabeth, os colegas aqui podem ter certeza, convido aqueles que não conhecem o Educandário, é importante conhecer e ver as mazelas que existem além deste plenário em que muitas vezes vemos brigas por coisas que não são tão importantes quanto isso que vemos hoje aqui. Eu falava antes, há pouco

tivemos a vergonha de ver malas em um apartamento com R\$ 51 milhões. Se esse dinheiro fosse distribuído para as pessoas que, como vocês, fazem um trabalho voluntário, um pouquinho que fosse, R\$ 15 mil, R\$ 20 mil, o quanto essas organizações, essas pessoas estariam beneficiadas com um trabalho realmente que a gente vê que dá frutos. Então, eu que me sinto honrada, queridas, de tê-las aqui, e vocês sabem que eu sou parceira do Educandário, e não é de hoje. Acho que as coisas que são feitas, quando a gente é parlamentar, não ficam, então é melhor trazermos as coisas boas que nós fazemos antes de sermos parlamentares e acrescentar aqui. Tenho certeza que os Vereadores que estão escutando vocês, Eveline e Elizabeth, vão querer conhecer o Educandário, vão querer também ser parceiros dessas crianças que se multiplicam em famílias, em amigos e amigas, que fazem realmente o Educandário ser mais forte. E parabéns pelos 78 anos que estarão completando logo em breve, em setembro. Eu me orgulho em ter mulheres fortes, firmes, trabalhando nessa causa, que é invisível para muitos porto-alegrenses. Parabéns e vida longa ao Educandário. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; nossas queridas visitantes Eveline Streck e Elizabeth Rodrigues, sejam sempre bem-vindas à Casa do Povo de Porto Alegre.

Queria lembrar aqui também a presença de pessoas que têm ajudado e que acompanham essa importante instituição Educandário São João Batista. O Ronaldo estava me dizendo que precisa sempre de ajuda. E, sinceramente, nós não apenas nos colocamos à disposição, mas queremos ver formas de ajudar, porque o Ronaldo é um grande divulgador das coisas boas da Cidade; solicito que nos passe mais informações, pois precisamos passar para outras pessoas o trabalho que faz o Educandário. E aproveitar, principalmente nesse final de ano, já estamos no mês de setembro, para que as pessoas saibam como apoiar através do Imposto de Renda.

Estava conversando com o Ver. Moisés agora, que qualquer pessoa física que tenha imposto devido pode contribuir com até 6%. Então, é extremamente importante.

Infelizmente, queria dizer para vocês, Eveline e Elizabeth, que muitas pessoas não sabem disso ainda, apesar de todas as coisas que são ditas e que já são recorrentes. Portanto, temos que fazer uma grande corrente de divulgação dessas questões para que as pessoas ajudem o Educandário.

Também queria dizer que, agora, estamos diante do novo marco regulatório das organizações da sociedade civil.

Estamos aqui, inclusive, com a presença da Marlise Fernandes, que é da Famurs, que trata das questões da educação. E saibam que, daqui para frente, todas as instituições têm que estar de acordo com o novo marco regulatório, a Lei nº 13.019, para que elas possam fazer as parcerias com o Poder Público, seja municipal, estadual ou federal, para fazerem atividades de cooperação ou até de fomento têm que estar de acordo.

O fórum de entidades tem se reunido uma vez por mês, talvez vocês sejam partícipes dessas reuniões. E eu quero dizer que estou me dedicando ao estudo do marco regulatório, já ajudei várias entidades e quero me colocar à disposição, voluntariamente, se for preciso discutir algumas questões de adaptação do estatuto, do regimento, da documentação sobre o marco regulatório, para que a gente possa apoiar uma instituição tão importante como o Educandário São João Batista.

Meu caro colega de Bancada, Ver. Oliboni, V. Exa. tem se preocupado muito com a questão da saúde e da assistência social, nós queremos aqui empenhar não só a minha palavra, mas de toda a nossa bancada para que a gente possa ajudar, sistematicamente, uma instituição do calibre e do peso do Educandário São João Batista.

Não poderia deixar de tratar hoje também da questão orçamentária. Tenho dito, ao longo dos últimos tempos, que a Prefeitura precisa rever os atuais convênios. Eu acho que a parte que a Prefeitura repassa para as instituições é muito pequena, porque a família da maioria das pessoas que está nessas instituições já gasta uma barbaridade. Agora ainda está sendo colocada em xeque a questão da passagem de ônibus. Nós temos aqui os votos necessários para que seja garantido o número de passagens atuais para as pessoas com deficiência e seus familiares, porque as pessoas precisam de deslocamento e, às vezes, têm que pegar dois ônibus. Então, no sentido da sobrevivência dessas instituições, muitas vezes elas precisam buscar ajudar de fora, ajuda da comunidade. O marco regulatório, no seu decreto, coloca um óbice. Agora foi dito, na última reunião, que não haveria mais esse óbice. Ninguém pode proibir por lei nem por decreto que alguém

receba doações. Então todos os aportes financeiros que são levados às instituições, inclusive quero que vocês tomem esse cuidado, coloquem sempre como doação voluntária, isso ninguém pode proibir de vocês, porque só com o dinheiro público e as parcerias não há como sobreviver. Então, são doações de pessoas que estão lá e também doações de pessoas que não estão lá, mas que têm solidariedade com o projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado. O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações.

O SR. JOSÉ FREITAS: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu confesso que não conheço pessoalmente o Educandário, mas o conheço por ouvir falar do bom trabalho realizado pelos seus profissionais. A gente sabe da importância do trabalho de vocês, porque eu tenho um familiar que nasceu com deficiência. Hoje, ele é um funcionário público, e, se não fossem profissionais como os que existem no Educandário, ele não seria hoje um funcionário público, uma pessoa que mora sozinha, vive sozinha, com suas próprias pernas, com toda a dificuldade que ele tem de coordenação motora, graças ao trabalho realizado pelo Educandário São João Batista. Quero, em poucas palavras, desejar vida longa ao Educandário São João Batista, para as senhoras, para todos os que estão à frente deste trabalho. A minha bancada, eu e o Ver. Alvoní Medina, colocamos os nossos gabinetes à disposição. Quando precisarem, estamos à disposição para qualquer necessidade que vocês tiverem. Contem conosco, vida longa, bom trabalho para vocês. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

O SR. ALDACIR OLIBONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu estava ouvindo atentamente as opiniões sobre o trabalho do Educandário São João Batista, quando a Presidente colocava aqui uma série de ações que são desenvolvidas

naquela instituição. E me chamou muito a atenção porque são crianças e jovens portadores de algumas doenças, e não é fácil você ter só a família para cuidar disso. É preciso ter alguém que olhe de uma forma diferente e que ocupe essas crianças ou adolescentes, até porque elas possuem uma ou outra patologia, como a encefalopatia crônica infantil, doenças neuromusculares, hidrocefalia ou microcefalia, ou outras síndromes, porque há muitas. Que tipo de trabalho e acompanhamento que essa Instituição faz? Ela dá a estimulação precoce, fisioterapia, fisioterapia aquática, terapia ocupacional, fonoaudiologia, pediatria, odontologia, serviço social e psicologia. Para ter toda essa estrutura de acompanhamento, tenho certeza de que não é fácil. Tem um número enorme de voluntários, profissionais que acabam se dispondo voluntariamente para poder manter esse serviço. São mais de 180 crianças e, na verdade, a gente percebe, pela foto do informativo, um belo prédio, uma estrutura bem adequada. E as senhoras vêm aqui pedir ajuda no sentido de dar aquilo que todo o cidadão pode - Ver.^a Nádia, parabéns por ter trazido esse tema - na medida em que o cidadão pode, inclusive, abater no imposto de renda. Então, através do Funcriança, todo cidadão, Ver.^a Sofia, que milita muito também na área de educação, pode fazer essas doações e manter esses programas vinculados à receita do Funcriança. Então queria parabenizar vocês e dizer que o Poder Público jamais teria condições, sozinho, de manter assistência a toda a população que tem necessidade. E são muitas instituições que hoje têm o viés do voluntariado e que mantêm essas instituições vivas e atuantes. Não é por acaso que muitos, na verdade, vem aqui divulgar o seu trabalho. E, ao mesmo tempo, aquelas que não têm parceria com o Governo, ou muitas vezes têm a parceria mas não recebem os recursos em dia, também se movimentam para buscar o que mantêm os educadores presentes na sua instituição. Há poucos dias aconteceu isso, por exemplo, com a Associação dos Portadores de Deficiência Visual, que fizeram a passeata da bengala, na qual alguns Vereadores estiveram presentes, reclamando que o Governo não tinha repassado recursos para a manutenção dos educadores. Algo tão simples e o valor tão irrisório, se não me engano, era R\$ 24 mil cada trimestre. Então, queria parabenizar o trabalho de vocês. E que Deus os abençoe, vida longa. Parabéns para o trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: (Saúda os componentes da Mesa.) A senhora suscitou, na sua fala, os médicos da Casa. Portanto, eu venho, por enquanto, aqui, representar também o Dr. Goulart e enaltecer o trabalho meritório que vocês têm à frente da Instituição. Eu sou vizinho da Instituição. Eu moro na Juca Batista e, como as crianças estudam na João Paulo, eu passo por ali, quando tenho a oportunidade de trazer as crianças para o colégio, os meus três filhos. Eu fui testemunha, neste ano, de um pedido, de uma solicitação de vários pais do Educandário que vieram até o gabinete. E, para não dizer, Ver. Moisés, que eu só critico, quero aqui enaltecer e agradecer a postura, naquele momento, do Secretário da Saúde, pois houve uma dificuldade de comunicação e as famílias estavam perdendo o transporte para as crianças serem trazidas até o Educandário - crianças de algumas famílias da região do Extremo-Sul da Restinga -, e o Secretário, prontamente, ajudou neste processo e restabeleceu o transporte. E as crianças hoje continuam podendo frequentar o Educandário e, por isso, ter o desenvolvimento que é tão importante para elas e para as famílias. Essas crianças, esses adolescente, quando têm - o que para nós não se entende muito - algum avanço é um grande avanço, porque ele significa a independência, às vezes, de locomoção, de fala ou a possibilidade de executar mais uma atividade. E isso é muito positivo para as crianças. É comovente ver as famílias, quando isso ocorre, porque acabam tendo mais um incentivo. E cada vez mais precisamos participar dessa verdadeira corrente do bem que é o que entidades como as de vocês fazem, e por isso são unanimidades. A gente vê muito aqui na Câmara, litígio, um grupo pensando uma coisa, outro, outra, isso faz parte da democracia, isso é salutar, mas entidades como a de vocês carregam um gene que é o gene da unanimidade. Humildemente, de forma bem fraterna, bem sincera, quero me colocar e o nosso mandato à disposição de vocês, porque a causa é, sem dúvida nenhuma, nobre, e cada vez que pudermos ajudar - e acho que esse foi o intuito da Ver.^a Comandante Nádia - entidades como a de vocês, independentemente de qualquer coisa, a gente tem uma gratificação pessoal muito grande. Parabéns pelo trabalho, e contem conosco naquilo que vocês precisarem.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada, Ver. Valter Nagelstein. Quero, com muito carinho, receber e cumprimentar, pela nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, a Sra. Eveline Streck, Presidenta do Educandário São João Batista, e a Sra. Elizabeth Rodrigues, Vice-Presidenta. Começo parabenizando pelo excelente, didático e claro material que divulga o trabalho da entidade. Quero dizer que tem algumas dimensões do nosso... Sei que vocês vêm aqui pedir um apoio porque sobrevivem com voluntariado, com certeza com muitas crianças carentes, sem condições de contribuição das famílias, que já têm o sobrepeso de uma dificuldade enorme pelo tema do transporte, dos custos com saúde. A gente sabe o que significa para a família uma criança com tantos desafios, então sabemos que as entidades da sociedade civil de Porto Alegre, que são mais de quinhentas, que é uma rede de valor inestimável que atua na educação infantil e na educação especial – eu vou falar um pouco sobre isso depois –, têm um valor extraordinário, porque estão localizadas em toda a Cidade, em lugares que o Governo não chega, não teria condições, não teria estrutura, e muitas são anteriores a qualquer política pública, e coloco vocês nesse marco. As políticas públicas demoraram, eu poderia falar das escolas de educação infantil; nós tínhamos uma organização da comunidade, religiosa, que atendia às crianças antes de isso ser educação, antes de estar consagrado com financiamento, por isso hoje a gente tem convênio e creche. Na educação especial mais ainda: as crianças com deficiência eram totalmente invisibilizadas, as famílias eram as únicas e exclusivas responsáveis, e a evolução foi muito lenta. Hoje eu poderia afirmar que nós temos quase que somente políticas públicas consistentes e continuadas na educação, para o atendimento à educação especial, tanto que o trabalho que vocês fazem é escola, mas também tem todo o trabalho de fisioterapia; sobre os convênios, que dureza para conseguir convênio para uma área de atendimento sociopsicomotor, de psicomotricidade, na área da educação especial. Quando eu era gestora, lembro muito dessa demanda e da sua dificuldade, dos movimentos que nós fizemos para construir, por exemplo, a saída dos nossos alunos com deficiência, a partir dos 21 anos, das nossas escolas, nós não temos nenhum outro espaço; discutimos com os centros comunitários,

com a FASC, e não tem nenhum outro espaço de convivência. Terminou o tempo da escola, se tem condições de entrar em mercado de trabalho – há uma legislação que obriga –, entra, se não for isso, tem muitas barreiras, muitas e muitas barreiras. As crianças, adolescentes e até adultos que vocês trabalham são de uma singularidade, de uma complexidade extraordinária para uma sociedade completamente deficiente. A sociedade é deficiente, porque não retirou nem as barreiras do preconceito, nem as barreiras físicas, nem as barreiras simbólicas das políticas públicas. Então, vocês sobrevivem dentro de uma adversidade muito grande, cumprem um papel muito importante.

Na educação especial, que é o que vocês fazem, nós tivemos uma luta muito grande para reconhecer a educação especial, porque havia um entendimento – e até era o entendimento do meu próprio governo, no governo federal – de que era possível incluir todas as crianças, todas, na escola regular. Nós conseguimos convencer, foi uma batalha grande, mostrar que para cada criança há um espaço adequado e que há crianças que necessitam de toda uma diferenciação. Nós conseguimos que as escolas especiais continuassem sendo reconhecidas e que, inclusive, no movimento nacional, possam contar para o Fundeb. Eu acredito que vocês também tenham essa vinculação com o Município, e que os seus alunos estejam no censo – se não, depois, no comentário final, vocês nos informam. Claro que esses recursos dos repasses ainda são muito aquém do que é necessário, porque o custo da educação especial é muito alto.

Eu quero que, nos seus comentários finais, vocês possam nos dizer como vocês estão sendo vistas e tratadas na transição para o novo marco regulatório. Nós tivemos uma reunião até o meio-dia, então não ouvi a fala de vocês, me desculpem. A gente está acompanhando muito de perto essa transição e exigindo melhoras nas condições para que as entidades da sociedade civil possam fazer o seu atendimento, que é tão precioso para a Cidade. Então nós queremos que vocês cresçam junto com o conveniamento de escolas municipais infantis, por exemplo – eu tenho certeza de que haverá um crescimento. Estamos trabalhando na Comissão de Educação – não é, Ver. Tarciso? –, e eu acho que esse modelo pode vir, talvez, a melhorar a condição de trabalho de vocês. Vamos ajudar a divulgar o Funcriança. Parabéns e muito obrigada pelo trabalho que realizam.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde a quem nos acompanha neste dia. Sem delongas, Presidente, eu quero, em nome da Malucos do Bem, que é a rede de ação social da qual eu faço parte há 20 anos, que originou, na realidade, o meu nome parlamentar aqui. Alguns colegas ainda não se acostumaram com o porquê do “maluco do bem”. É porque, infelizmente, no mundo de hoje, parece que as pessoas que fazem o bem são malucas; parece que as pessoas fazem as coisas sempre esperando algo em troca.

Eu vou me limitar apenas a dizer que todos nós somos passageiros aqui. De todo o meu coração, em nome da Malucos do Bem, eu quero agradecer ao trabalho que vocês representam para o futuro da Cidade e das crianças que vocês atendem. Um agradecimento muito especial à Ver.^a Comandante Nádia por permitir que eu conhecesse o trabalho de vocês, de todo coração; vou limitar o meu discurso a pouquíssimas palavras. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. GOULART: Meu muito querido Presidente Nagelstein; meninas do Educandário São João Batista, um abraço; um abraço ao Dr. Thiago Duarte, sempre que eu falar em saúde, eu tenho que citá-lo, porque ele faz um trabalho emocionante aqui entre nós. Eu vou tentar glamourizar o assunto para torná-lo bem humano. Primeiro, são poucos os casos que existem no mundo ainda de poliomielite. Imaginava-se que a poliomielite estivesse erradicada no mundo, por causa de um grande agente, que são as famosas gotinhas, que foram desenvolvidas pelo Dr. Sabin. Tem um pessoal que o chamam de doutor seibem, mas ele é israelita – mais um grande cientista israelita, doutor. Então, é Sabin, e casado com uma secretária brasileira, ele trabalhou entre nós. Também vamos glamourizar lembrando que Salk, que foi quem inventou a injeção, primeiro, contra

a poliomielite, era casado com a ex-mulher do Pablo Picasso. Então, nós temos esse recado nos dizendo: atenção, ainda não desapareceu a poliomielite entre nós. Por isso nós temos que incentivar, sempre que puder, qualquer movimento para fazer a vacina, levando os nossos filhos, as nossas crianças para que façam a vacina. Aliás, Dr. Thiago, nós temos que, também, para não mostrar que a gente só ataca a saúde – o que não é verdade –, a gente fala bem também, eles fizeram 3.000 vacinas do HPV, nesses últimos dias. Eu queria que o Ver. Maluco do Bem levasse para o Secretário e o Prefeito o nosso carinho pelas 3.000 vacinas contra o HPV feitas nos nossos jovens.

Então, senhores, nós sabemos que para isso ir adiante, aí não adianta glamourizar, precisamos de recursos. Eu acho que o mais importante seria dessa visita hoje das meninas aqui, conosco, levar a mensagem que a gente mostrou a quase todos os Vereadores, qual seja, nessa conta pode ser depositada parte do seu imposto de renda pago. Então, eu conclamo os Vereadores, é uma ajuda pequena para nós, mas para eles deve ser de grande importância. Não se esqueçam: imposto de renda para ajudar as crianças que sofrem de poliomielite e de outras doenças que reduzem o seu caminhar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, eu tive que vir aqui porque eu visito o Educandário há mais de 15 anos. E quero cumprimentar a Presidente Eveline Streck e a Vice-Presidente Elizabeth Rodrigues pelo trabalho. Eu, as vendo nesta Casa agora, lembro muito do Educandário, inclusive quando eu conheci o Presidente da Caburé Seguros, José Luiz, o levei para conhecer e ali nasceu o gol da vida. Nós fizemos jogo no Beira-Rio e no Olímpico – ainda era o Olímpico –, e toda a arrecadação foi destinada ao Educandário e à Casa do Excepcional Santa Rita de Cássia, da Sra. Irene. Todos os jogadores aos quais mostrei, narrei o quadro como era, muitos foram visitar, foram sensíveis, e fizemos uma arrecadação maravilhosa com a qual pudemos ajudar também. Sempre que pude estive lá confortando aquelas crianças. O carinho de vocês lá dentro é muito importante, e também que o povo saiba que temos de ajudar, temos de ser solidários com uma visita

ou, como disse o Dr. Goulart, ajudar com o imposto de renda. Eu acho que chegou o momento. Essas pessoas são seres humanos e são nossas. É importante abriremos nossos corações para ajudar essas instituições dentro ou fora do nosso Município. Então eu tenho um carinho muito grande pelo Educandário, ali em Ipanema, porque há 15 anos eu o visitava com um amigo que era policial, muito sensível, e lá eu vi que eu tinha que fazer alguma coisa. E levei isso direto ao Presidente da Caburé Seguros, e ele também se emocionou, encantou-se, e nós começamos a fazer um trabalho. Espero que neste ano, se Deus quiser, eu possa fazer alguma coisa e chamar atenção para que a gente possa fazer uma bela doação. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Tarciso. Com isso, Srs. Vereadores, nós concluímos este período de tema específico de Comunicações. Quero agradecer muito a presença da Sra Eveline Streck, Presidente do Educandário São João Batista e da Sra. Vice-Presidente Elizabeth Rodrigues. Dizer que, com certa surpresa, nós vemos que em 2017 nós continuamos tendo casos de poliomielite, é algo que já deveria ter sido erradicado; portanto, temos um desafio, todos nós, como sociedade, em dar continuidade às campanhas de vacinação.

Cumprimento a Ver.^a Comandante Nádia pela iniciativa de ter trazido o Educandário hoje aqui, acho que é fundamental, por demais importante, e quero dizer especialmente às senhoras, neste momento de nos despedirmos, que certas pessoas têm um papel de santidade, que nós compreendemos como papel divino, papel de Deus para a Terra: doar os seus tempos para fazer o bem. Nós, que conhecemos a Pequena Casa da Criança, a Casa do Menino Jesus de Praga, a SPAAN, a Associação de Cegos Louis Braille, a AACD, que cuida de crianças deficientes, o Instituto Pobres Servos da Divina Providência e tantas outras instituições, assim como o Educandário São João Batista, sabemos das dificuldades por que todos os dias essas entidades passam, dificuldades permanentes de fazer frente ao dia seguinte, ao leite, ao pão, ao café, a uma cadeira de rodas, a um equipamento médico. Então, quero me somar a todas manifestações dos Vereadores: Comandante Nádia, Adeli Sell, José Freitas, Aldacir Oliboni, Sofia Cavedon, Moisés Maluco do Bem, Dr. Goulart e Tarciso Flecha Negra. Nós estamos hoje, minha cara Presidente, no primeiro dia do ano de 5778 do calendário judaico, e este calendário é

exatamente voltado para isso, para dias como este, para os gestos de caridade, para construção de um mundo melhor. Eu quero, ao mesmo tempo em que cumprimento a pequena comunidade judaica de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul pelo dia do ano novo, cumprimentá-las, porque vocês fazem isso que a nossa tradição judaica ou a tradição cristã consagram na Bíblia, respeitando a quem acredita em Deus, ou quem não acredita. Mas o nosso papel – nós que acreditamos – é tentar construir na terra este mundo de Deus, este mundo do bem, dos bons propósitos, e vocês são a vela de Deus. A luz que vocês emanam ajuda a iluminar o mundo e a construir um mundo muito melhor. Parabéns pelo trabalho de vocês. A Câmara de Vereadores se sente orgulhosa em tê-las aqui conosco. Parabéns, Comandante Nádia, muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h35min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): (15h37min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu venho aqui neste espaço de Liderança do meu Partido, PMDB, falar sobre dois assuntos que mexem com o dia a dia da Cidade, o primeiro deles é saúde pública, e o segundo deles é o transporte público. Ver. Moisés, que é o Líder do Governo, hoje eu venho aqui reconhecer uma ação importante da Secretaria da Saúde, da qual eu tenho dito sempre que é uma das áreas do Governo que melhor tem funcionado pela disposição do Secretário ser aberto ao diálogo e buscar soluções, o que não ocorre em todas as áreas, pois, infelizmente, alguns secretários, por não conhecerem a Cidade, são incapazes até de buscar soluções para os problemas que se acumulam ao longo do tempo. Só quem não encontra solução são aqueles que não conhecem Porto Alegre e ocupam cargos relevantes do Governo, mas o Secretário Erno é uma exceção positiva. O edital que foi anunciado para ampliar a oferta dos exames pelo SUS é muito importante. Só de janeiro para cá, o número de pessoas que aguardam exames pelo SUS saltou de 10 mil para 31 mil pacientes. Hoje os contratos que a Prefeitura tem com instituições que realizam exames, realizam esse serviço pelo SUS, atendem somente 49 mil exames,

sendo que a necessidade, para absorver a totalidade da demanda e zerar a fila, é de 81 mil exames. Então, o nosso papel é fiscalizar e acompanhar esse processo licitatório que vai resultar na contratação de mais instituições que prestam esse serviço. Parabéns à Secretaria Municipal de Saúde pela iniciativa. Segundo, quero aqui fazer uma referência ao trabalho que estamos desenvolvendo na Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe. Nessa semana, segunda e terça-feira, realizamos duas reuniões, uma junto ao Diretório Central de Estudantes da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e outra na Fadergs, centro universitário, onde lá também tivemos a participação dos diretórios centrais de estudantes da UniRitter, Campus Fapa e Campus Zona Sul. E quero fazer uma reflexão em cima do pacote de projetos que foi apresentado pelo Poder Executivo a esta Casa que se relaciona com o transporte coletivo e também quero fazer um questionamento, porque nós sabemos, Ver. Cassiá, que no Regimento da Casa nenhum processo, nem um projeto é suspenso formalmente. Quando o então Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta, anunciou a suspensão por 120 dias dos projetos que estão no pacote do transporte público que revisam ou retiram isenções e gratuidades, bom, foi uma garantia que nós tivemos de que o debate seria aprofundado sobre esses temas. Mas agora eu quero saber: continuam suspensos? O Governo pretende votar essas matérias ainda no ano de 2017, com relação ao transporte público? Sabemos que tem o projeto do IPTU, tem os projetos relativos aos servidores, mas há uma ansiedade muito grande de segmentos da sociedade porto-alegrense em saber quando serão votados ou quando serão iniciadas as discussões sobre os projetos que se relacionam com o transporte. E quero aqui fazer uma crítica muito forte ao projeto da restrição do meio passe. Primeiro, até hoje eu não ouvi da EPTC ou de um outro setor da Prefeitura qual o critério que foi utilizado para se chegar à renda de até três salários mínimos para que o estudante tenha direito a utilizar o meio passe. E também qual o critério que foi utilizado para limitar em até 50 passagens escolares por mês. A restrição do meio passe, conforme prevê o projeto, vai mexer com as estruturas familiares da cidade que nesta crise econômica já estão severamente penalizadas. A restrição do meio passe vai provocar uma forte evasão escolar, e o Poder Público Municipal está abrindo mão de disputar esse jovens que vão ser expulsos da sala de aula e vão passar a ocupar ou o Presídio Central, ou campeando na criminalidade que em muitos pontos da periferia... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Também deixo aqui alguns dados que são importantes para reforçar essa reflexão. A CNI – Confederação Nacional da Indústria, em 2015, fez uma pesquisa em nível nacional com os usuários do transporte público, e os quatro primeiros itens vão exatamente na contramão de todos os projetos que o Governo Marchezan apresentou nesta Casa sobre essa área.

As perguntas foram: na sua opinião, quais melhorias que aumentariam a utilização do transporte público no Brasil? A primeira delas: diminuir o preço da passagem. Em nenhum dos projetos do Governo há indicação de que o preço será reduzido.

Segunda: ampliar as linhas de cobertura do transporte público. Também não há isso, nós não temos nem garantia de que as linhas vão continuar. Pelo contrário, hoje, o Prefeito falou que vai fechar a Carris, não falou nem que vai vender, ele admitiu que pode vender, que pode privatizar, e se não conseguir vender nem privatizar, vai fechar. Foi uma declaração dele na Rádio Gaúcha, intempestiva, como tem sido quase todas as suas declarações sobre esse assunto.

Terceira: ter mais segurança. O projeto retira os cobradores, vão colocar 4 mil cobradores no desemprego e os retira no horário mais crítico, que é das 22h às 4h.

Quarta: ter mais conforto. Tem um projeto também no pacote, que aumenta o tempo de vida útil em circulação, os comuns, por mais dois anos, e os articulados, para mais três anos.

São importantes esses dados para que o Governo faça uma reflexão, uma vez que, vencida a pauta do IPTU, nós possamos também aprofundar também com maior clareza o tema do transporte. Porque a população de Porto Alegre já está pagando muito alto pela crise econômica nacional, e não pode o Governo Municipal aprofundar esse problema. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, colegas, todo mundo que nos acompanha neste momento. Eu, na realidade, ouço atentamente os Pares e, antes de tratar do assunto que trago neste momento em nome

da Secretaria Municipal de Saúde, agradecendo aos que me antecederam e reconheceram o trabalho que toda a equipe da Secretaria da Saúde tem desenvolvido na Cidade. Antes de falar sobre o tema da saúde, eu queria responder ao Ver. André Carús. Vereador, nós estamos atentos ao debate da Câmara de Vereadores. Existe uma comissão discutindo sobre esses assuntos, todos esses estão sendo levantados, sobre a questão da meia passagem e tal. A gente acredita que, com o tempo, devemos inclusive observar o que está sendo feito nesta comissão. Então eu acho que temos um prazo de 90 dias, e o Governo está atento às sugestões que vão surgir inclusive dessa questão de três salários mínimos e essa questão toda sobre a meia passagem. Eu queria ler aqui rapidamente a resposta da Secretaria da Saúde sobre alguns questionamentos que foram levantados aqui na segunda-feira pelo nosso nobre Vereador Dr. Thiago. Depois vou distribuir aos Pares sobre a questão das esperas e de um caso específico que foi levantado aqui. Bom, vamos às duas questões: Realização de mamografias e a ociosidade do mamógrafo – que teria sido levantado como ocioso – existente no Hospital da Restinga. Isso não é uma verdade. Atualmente há 4389 pacientes aguardando a realização de mamografia em Porto Alegre e existe uma oferta mensal de 3167. Isso são dados de agosto de 2017. Essa oferta é igual a três mil hoje, por mês, em média. Então, na realidade, no dia 18 de setembro, no início dessa semana, a Secretaria publicou o chamamento público que espera aumentar para cinco mil, mas não está ocioso o mamógrafo, inclusive ele está atendendo e oferta 430 exames por mês para os pacientes atendidos em seus próprios... Atenção primária e atenção especializada. Então não há ociosidade na mamografia da Restinga. Sobre a linha de cuidado em oncologia, desde 2003, a gente tem aqui solicitações realizadas por telefone, sem a necessidade de o paciente procurar o atendimento em suas unidades de atenção primária para encaminhar o pedido. Desde julho do ano passado, ou seja, já na gestão anterior, os dutos de regulação dos hospitais podem realizar esse cadastramento de solicitação por via eletrônica, pelo Sistema Gercon, e o fazem de forma rotineira. Atualmente, para todas as especialidades oncológicas, não há lista de espera de pacientes, e o máximo de espera dessas consultas está numa média de 15 dias, isso com total transparência, através do *site* da página portoalegre.rs.gov na seção da Secretaria Municipal de Saúde.

Sobre o caso do paciente Gentil Bisonhin, sobre a denúncia que foi realizada aqui, a Secretaria fez consulta ao Núcleo de Regulação Interna do Hospital Nossa Senhora da Conceição sobre o fato ocorrido. Até o momento, não há ainda confirmação da patologia oncológica ou da presença de metástases. A decisão da inserção ou não na linha de cuidado depende da equipe, visto que o paciente segue sendo cuidado e tratado lá no hospital, porque ele continua internado.

Rapidamente, são estas as considerações em resposta, e vou dividir com os Pares, em nome do Secretário da Saúde; vou pedir cópias e distribuir para todos os Pares. Era o que constava, Presidente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em nome do bloco de oposição, agradeço ao colega Roberto Robaina. Nós não podemos nos omitir diante da fala do Prefeito Municipal hoje de manhã numa das principais rádios da Cidade. O Prefeito disse que a solução para a Carris, Ver. Robaina, é privatização, venda ou fechamento. E disse que ainda não sabe quais são as melhores alternativas. Rombo de 50 a 60 milhões. É 50 ou 60? Não dá para ficar nisso. Responsável é a segunda passagem?! Ora, senhoras e senhores... Olha só! Se há um déficit de R\$ 60 milhões da Carris, a empresa deveria ter sido trabalhada para ver um saneamento administrativo. Segunda passagem, Moisés, desde 2011, nós temos essa questão pautada. Nós temos isso faz mais tempo, não é a segunda passagem. Se fosse isso, as outras quebrariam também. Está errado o Sr. Prefeito Municipal ao bater na mesma tecla, e a tecla é destoante, não tem harmonia. Essa tecla é barulhenta, está irritando. Vai ter penalização por ferir os nossos ouvidos, Ver. Cassiá. Isso está mal, vou chamar a SMAMS para resolver o problema. Gente, desperdício, roubo de peças e a culpa é dos funcionários! Ora, onde os funcionários estão colocando essas peças? Não tem entrada e saída, não tem gestão? Que história é essa de roubo? Se tem roubo, tem de ter sindicância. Ver.^a Nádia, quantas sindicâncias existem na Carris, Ver. Carús? Ver. Cassiá, quantas? Quando? Quem roubou? É impossível ficar roubando peças. Eu sei que tem

canabalização. Pegam o ônibus e fica canabalizando o ônibus, tirando peças de um ônibus para colocar noutro. Se o problema for de peças, a licitação – como diz o Prefeito, da Lei nº 8.666, de 1993 – tem de ter planejamento. Ver. Mauro Pinheiro. O senhor faz isso no seu estabelecimento comercial, o senhor controla o estoque. E no serviço público tem aquele famoso registro de preços. O mínimo que se espera é que tenha transparência. Então, senhoras e senhores, é 50 ou 60 milhões de rombo? Quem roubo? Quando roubou? O que roubou? Quantas sindicâncias têm? O responsável pelo patrimônio é quem? Quem indicou? Ele fez olho grosso, fez nada? Bom, tem penalidade, as leis administrativas estão aí. O problema da Carris, já disse e volto a repetir, é única e exclusivamente um problema de gestão. É impossível que uma empresa que circule de ponta a ponta da Cidade, que vive atrolhada de gente e possa dar prejuízo. Isso não é verdadeiro! Essa nota do Prefeito é dissonante, é barulho, não é verdadeiro. Nós já provamos aqui, noutra intervenção, Ver. Robaina, mostrando que a Carris é viável. V. Exa. tem escrito, tem estudado, tem estado lá, nós estamos juntos neste processo para melhorar a Carris, que seja de A a Z. A Carris tem que ter bom atendimento? Sim. Tem que treinar mais? Sim. Tem que melhorar? Sim. Mas não são os pontos que o Sr. Prefeito Municipal está levantando. Está rotundamente enganado, por isso a gente está aqui para defender a Carris.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, nas galerias, eu gostaria, em nome do meu Partido, o PSOL, portanto falo também em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina, primeiramente estender um convite que nos foi feito no gabinete, e eu acredito que muitos Vereadores também receberam algumas pessoas que moram ou trabalham na Zona Norte de Porto Alegre, o convite para comparecer a uma conversa, a uma reunião neste sábado, 23/09, às 14 horas, na EMEF Presidente Vargas para tratar temas como transporte, educação e saúde, temas extremamente importantes que preocupam demais os moradores e a comunidade local, e também meus colegas que

integram as comunidades escolares desta região de Porto Alegre que apresenta uma grande população. Portanto, uso este breve período para fazer essa comunicação e estender esse convite não apenas aos moradores e moradoras desta Casa, mas também a todos os moradores da região de Porto Alegre que apresenta uma grande população. Portanto, uso este breve período para fazer essa comunicação e estender esse convite não apenas aos Vereadores e Vereadoras desta Casa, mas também a todos os moradores da região. Vamos debater esses assuntos fundamentais para o avanço nas políticas públicas de nossa Cidade. Eu gostaria também de colocar, neste momento final da minha fala, alguns comentários sobre a declaração que o Prefeito Nelson Marchezan Júnior fez na rádio hoje: lamentável. O Ver. Adeli Sell, que me antecedeu, fez colocações muito importantes, eu ousou complementar alguns dos seus argumentos, Ver. Adeli, no sentido de que a Carris não tem como único projeto, ou não tem como a única finalidade, transportar pessoas e dar lucro. A Carris, essa empresa pública, tem também um papel importante de ser um referencial na nossa Cidade, de qualidade do serviço prestado à população, tanto que há décadas pesquisas feitas por diferentes órgãos apontam que a Carris é sempre lembrada pela população de Porto Alegre como empresa referência na qualidade dos serviços prestados à população. Cabe lembrar também que historicamente essa empresa absorve prejuízo dos consórcios privados desta Cidade, e é a Carris que amplia os índices de acessibilidade, visto que as empresas privadas não investem em plataformas elevatórias e ônibus com acessibilidade para os portadores de deficiência, não investem, e a Carris tem que absorver colocando ônibus novos com estes requisitos para cumprir os percentuais que determina a legislação da nossa Cidade. Portanto, é uma empresa pública que absorve o investimento que deveria ser feito pelas empresas privadas, mas não é feito. Portanto, dizer que a Carris é uma empresa deficitária é um mau-caratismo, porque, se ela tivesse as mesmas exigências que as empresas privadas, o nosso transporte iria muito mal. Agora, se o Prefeito tivesse essa fúria, exigindo que as empresas dos diferentes consórcios privados tivessem a mesma qualidade da nossa empresa pública, o nosso transporte seria referência no Brasil, mas não o faz, critica a Carris, ataca os servidores; é obvio que precisamos de uma administração correta, clara, transparente, eficiente, mas o que ele quer fazer é vender um patrimônio do povo porto-alegrense, e com isso nós não concordamos.

Eu gostaria também de destacar uma parte da fala do Prefeito Nelson Marchezan Júnior, que me deixou envergonhado, envergonhado porque eu sou servidor público e conheço a realidade. Ele falou, em um veículo de comunicação de massa, para milhares de ouvintes – milhares de ouvintes! –, que as FGs que a Prefeitura paga giram em torno de quatro, cinco, seis, até oito mil reais. Não sei em que Cidade! (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Muito obrigado, Ver. Valter Nagelstein, que preside a Sessão. O Prefeito Nelson Marchezan Júnior afirmou, com todas as letras, que os servidores públicos desta Cidade incorporam as suas FGs na ativa, FGs estas que são de quatro, cinco, seis, até oito mil reais. Eu trouxe aqui dados do Portal Transparência da nossa Cidade, portanto eles estão publicizados e disponíveis a todas as pessoas. (Mostra documento.) Portal Transparência e Acesso à Informação, Prefeitura Municipal de Porto Alegre: observem que a FG8, a FG mais alta paga no Município de Porto Alegre, totaliza R\$ 1.016,66. este é o valor da FG mais alta paga aos nossos municipais, e não até R\$ 8 mil, como fala o Prefeito em sua entrevista mentirosa. Um grande abraço a todos e seguimos na luta.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. O Ver. Felipe Camozzato solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 22 a 26 de setembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu falarei seguindo o tema que o Ver. Prof. Alex trouxe aqui. Parece que o Prefeito está com ódio, com raiva do funcionalismo, porque não é possível que ele fale dos seus servidores do jeito que ele fala, Ver. Dr. Goulart, na rádio. E, depois, como ele vai trabalhar, Ver. Prof. Alex? Como ele vai ser recebido numa escola? Como ele vai induzir uma Prefeitura melhor, mais aplicada, mais caprichosa, mais eficiente e eficaz, Ver. Adeli, se ele despreza o funcionalismo, se ele põe a população contra o funcionalismo. Nós sabemos: Regime de Dedicção Exclusiva, que não é para professores – prestem atenção! –, é para cargos de ensino superior, faz com que o engenheiro, por exemplo, não possa

construir casas nos finais de semana, nos horários fora de trabalho; faz com que o médico não possa ter consultório; faz com que o advogado, Ver. Adeli, não possa advogar se não para a Prefeitura. É por isso que tem o Regime de Dedicção Exclusiva.

Agora, um dos temas que para nós é muito caro é o da revogação dos regimes. Tem pessoas que, há 20 anos... Eu tive o depoimento de uma excelente psicóloga que coordenou, por anos, a supervisão de recursos humanos: “Eu fechei o meu consultório de psicologia e fiz uma opção, há 17 ou 20 anos, para ficar só na Prefeitura por Regime de Dedicção Exclusiva”. Então ela não construiu carreira, não construiu trabalho fora por uma escolha, sendo convocada pelo gestor. E o Prefeito, ao invés de valorizar isso e dizer: “Eu tenho tantos funcionários com Regime de Dedicção Exclusiva, estou pedindo para eles esse desafio, aquele desafio”. Não! Ele vai lá e diz: “Eu vou acabar com isso!”, como se fosse uma gandaia. Não é uma gandaia, são opções de vida que trazem qualidade, que trazem consistência ao trabalho, à pesquisa da Prefeitura. Ou tantos procedimentos maravilhosos na área da saúde que nós fomos acumulando com o tempo não foram em função disso? Técnicos excelentes, médicos, enfermeiros de alto padrão construíram novidades importantíssimas para a política pública. Eu quero dizer que não dá para aceitar. E, de outro lado, não dá para aceitar a perseguição e o assédio que o Prefeito faz deliberadamente sobre o tema do salário, no parcelamento salarial. Não dá. Lá em junho, o Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, Dr. Murilo Magalhães Castro, determinou, proibiu a Prefeitura Municipal de Porto Alegre parcelar salários. Proibiu a Prefeitura; isso foi em junho, preventivamente, em maio. Depois o Prefeito parcelou, no primeiro mês, em junho. O Juiz determinou que em 48 horas ele completasse os salários, e o Prefeito completou, para não descumprir. Em julho o Prefeito, apesar de ter tentado embargar essa liminar, cassar essa liminar, foi mantida a decisão judicial, porque o Prefeito não conseguiu provar que não tinha recursos. Não conseguiu provar para a Justiça! E esconde os números! Não provou para a Justiça, o Dr. Murilo manteve; e mais, estabeleceu multa. E, portanto, a Prefeitura está sendo multada; o Simpa entrou com embargo, tentando que a multa fosse no CPF do Prefeito, o Juiz não aceitou. Então, a Prefeitura, no mês de setembro agora, está recebendo multa por quatorze dias de atraso, porque é crime! Porque é ilegal, o Juiz disse que é ilegal, porque ele não provou que não tem dinheiro! Quatorze dias, são R\$ 140 mil. E estabeleceu multa retroativa, pelos dias de julho também. E nós fomos ao Tribunal de Contas, nós estamos olhando as tabelas que

estão publicadas no site transparência, e o Orçamento da Prefeitura publicado pelo Prefeito, estava agora em julho, em R\$ 3,5 bilhões. É 50% do Orçamento previsto para o ano! Está certinho, o Orçamento está se realizando. E se nós olharmos no item despesa, os senhores vão ver que a despesa líquida com pessoal, a despesa de julho é R\$ 38 milhões a menos da receita, no mês de julho, publicação da Prefeitura, e no consolidado de janeiro a junho, R\$ 200 milhões de superávit entre receita e despesa. Está aqui, os senhores podem conferir. E nós levamos isso para o Tribunal de Contas, para o Ministério Público e para o Ministério Público dos Prefeitos, porque o Prefeito está causando prejuízo à Cidade praticando assédio no funcionalismo, além do que ele diz do projeto que mandou para cá parcelando os salários, de uma forma violenta.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL

Não há quem queira discutir a Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta.

O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde para o dia 21/09/2017.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h12min.)